



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 6/2010 -----

-----Aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 1 de Março de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.375.680,18 € (Um milhão, trezentos e setenta e cinco euros e seiscentos e oitenta euros e dezoito cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Presidente da Câmara começou por manifestar o seu voto de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e de Lagares da Beira e bem assim pela forma como responderam às chamadas de socorro durante a intempérie que ocorreu no passado dia 27 de Fevereiro, de forma a que o quotidiano no concelho de Oliveira do Hospital retomasse a normalidade. Manifestou igualmente o seu voto de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela equipa de funcionários da autarquia, coordenados pelo Serviço Municipal de Protecção Civil.-----

-----Deu ainda conta de que esteve reunido com o Sr. Ministro da Administração Interna, em Coimbra, informando a Câmara Municipal que, entre outros assuntos tratados e abordados, teve o cuidado de informar aquele responsável dos factos e prejuízos ocorridos no concelho de Oliveira do Hospital, na sequência da referida intempérie, nomeadamente os do Pavilhão Serafim Marques, em São Paio de Gramaços.-----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----**2.1.1 – ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves referiu-se à intervenção do Deputado Rodrigues Gonçalves na última sessão da Assembleia Municipal, relativamente aos IC's 6, 7 e 37, salientando que “eu atrever-me-ia a classificar aquela intervenção como um atentado à inteligência das gentes de Oliveira do Hospital. Dizer que o facto de estar em causa a construção dos IC's 6, 7, e 37 tem a ver com as negociações que o Governo encetou, nomeadamente com os partidos da direita, para que o Orçamento fosse viabilizado, é na verdade um atentado à inteligência das gentes de Oliveira do Hospital. Aqui deixo o meu registo porque me parece, que é óbvio, e talvez uma propositura, é de que esta ideia seja enviada para o *Guinness* que é capaz de também lá surtir algum efeito”.-----

-----Referiu-se também à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital naquela sessão, considerando-a inusitada e despropositada, pelo facto de ter chamado à atenção de um Deputado Municipal, para que “antes de falar aqui em determinados assuntos sobre a freguesia de Oliveira do Hospital, se dirija à respectiva autarquia para apresentar esses mesmos assuntos”. Disse ainda que “será caso para aqui deixar também a minha referência, ou seja, “quando eu quiser falar aqui sobre qualquer assunto respeitante à freguesia de Oliveira do Hospital, terei que, previamente, pedir uma licença ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital”. Mais referiu que “esta é também outra ideia digna de ir para o *Guinness*, porque realmente revela a tal atitude democrática, e a tal democracia de que se fala tanto, e que se apregoa, e em que querem limitar a acção de quem está no seu direito de intervir sobre aquilo que entender no órgão que representa, e que é a Assembleia Municipal”.-----

-----Prosseguiu referindo que “fiquei ainda a saber que o Senhor Presidente da Câmara tinha um sonho. Em 1990, César de Oliveira tinha um sonho, era o Empreendimento Turístico do Vale dos Sonhos. Hoje, o Senhor Presidente tem um sonho relativamente à nova associação constituída, pô-la a funcionar naquela que já foi a sede da ACIBEIRA. Em que é que estes sonhos se tocam? Primeiro as duas personalidades são naturais da mesma freguesia, Ervedal da Beira, segundo o Vale dos Sonhos foi visitado pelo Dr. Mário Soares em 1990, e a ACIBEIRA foi também inaugurada pelo Dr. Mário Soares, portanto, segundo ponto comum. Terceiro, e espero que este não corresponda à realidade, é que espero que deixe de ser sonho para ser uma realidade. E portanto, o outro não passou de ser efectivamente um sonho, e espero que este venha a ter alguma realidade. Da parte do PPD/PSD, tentamos num passado muito próximo, dar uma utilização à ACIBEIRA, e essa possibilidade foi negligenciada por quem tinha poderes para o fazer e não o fez em devida altura. Portanto, ficam aqui estes meus registos, uma vez que não tenho e não posso usar da palavra, naturalmente na Assembleia Municipal, porque gostaria de na altura devida poder responder a este tipo de intervenções. Aqui fica o meu registo para que os oliveirenses também saibam aquilo que eu penso sobre estas coisas”.-----

## **2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

### **-----2.2.1 – ESTADO DA ESTRADA NACIONAL 17-----**

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se ao mau estado em que se encontra o pavimento da Estrada da Beira, nomeadamente o troço que se enquadra dentro do concelho de Oliveira do Hospital, salientando que, face às condições atmosféricas que se têm feito sentir nos últimos meses, o pavimento em causa tem estado a abrir brechas, o que, no seu entender, é uma situação que acrescida da ausência de marcações, agrava a perigosidade da própria via. Por esta razão, solicitou ao Presidente da Câmara para que, na reunião que tem agendada com o Sr. Ministro das Obras Públicas, no contexto da suspensão/adiamento, da construção dos IC's 6, 7 e 37, intervenha no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

sentido de alertar para a referida situação, por considerar que, mesmo sendo uma questão de menor importância face aos assuntos que vão ser debatidos, é essencial para o nosso concelho, pela influência que tem na vida diária de todos os oliveirenses e de quem visita a região. Salientou ainda que “considera os IC’s essenciais, mas que pelo menos se resolvam os problemas básicos da rede viária existente. E sabendo que a Estrada Nacional 17, não é jurisdição da autarquia, é um pedido que faço, se o entenderem, em meu nome pessoal e dos oliveirenses que sentem esses constrangimentos diariamente”.-----

-----**2.2.2 – AGRUPAMENTO DE ESCUTEIRO DE SÃO PAIO DE GRAMAÇOS**-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se também ao Agrupamento de Escuteiros de São Paio de Gramaços, salientando que se “trata de uma instituição sediada no concelho e que representa uma mais valia, nomeadamente na formação dos jovens”. Disse ainda que o referido Agrupamento reúne cerca de uma centena de elementos, e que, tal como é do conhecimento público, funciona no rés do chão do edifício sede da Junta de Freguesia de São Paio de Gramaços, que não tem as condições mais adequadas para o efeito. Salientou, no entanto, que se trata de um assunto que tem vindo a ser abordado desde o anterior mandato. Lembrou igualmente que, na sua opinião, existe um espaço na sede do concelho de Oliveira do Hospital que seria o mais adequado, pois dispõe de outras condições para proporcionar àqueles jovens. “Refiro-me em concreto às «partes baixas» do palco do Parque do Mandanelho, e não à casa que inicialmente em projecto foi pensada para esse efeito”. É um espaço que tem uma dimensão considerável, que não está a ser aproveitado, a não ser para armazém, e parece-me, que com uma ligeira intervenção por parte dos serviços autárquicos poderia ter outras funções e proporcionar aos Escuteiros uma forma diferente de poderem desenvolver o seu trabalho. Por outro lado também permitiria alguma animação no Parque do Mandanelho. Por norma, e quando o tempo assim permite, já se reúnem naquele espaço para realizar algumas actividades, mas quando isso não acontece têm que estar confinados a um espaço que é muito exíguo para o número de jovens que envolve aquele Agrupamento”.-----

**2.3 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----O Presidente da Câmara, respondendo aos senhores vereadores, começou por dizer que a bancada do PSD demonstrou hoje aqui, de forma clara, diferentes posições de se fazer política, salientando que “enquanto o Vereador Paulo Rocha traz propostas concretas de interesse para resolução de problemas deste concelho, até porque eu sempre disse que estou disponível para aceitar e para os discutir com as pessoas, o Vereador Mário Alves traz declarações de Deputados Municipais, sobre as quais eu não tenho nenhuma procuração, e quem lhe pode responder são eles”. Relembrou no entanto que “relativamente à postura do Deputado Rodrigues Gonçalves, é verdade e reconhece-se que foi o PSD e o CDS que vieram exigir a viabilização do Orçamento e que exigiram o corte no investimento público. Essa realidade, são constatações de factos. Não sei se eles tiveram, ou não, influência no corte financeiro em relação aos IC’s”. Disse ainda que “eu constato um facto, porque não acho que isso seja tão despropositado, e é verdade que alguns partidos andaram a clamar por cortes de investimento. Eu gostaria é que eles clarificassem as coisas. Era importante para o nosso concelho saber qual é que é a posição do PSD a nível Nacional, ou seja, saber se era contra ao corte destes investimentos. Isso é que até hoje eu ainda não ouvi também. E por isso gostaria de saber. -----

-----No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e dirigindo-se ao Vereador Mário Alves, referiu que “eu concordo, e digo-lhe mais Senhor



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Vereador, eu fiz uma intervenção na Assembleia Municipal, virando-me para a bancada do PSD, dizendo-lhes que têm todo o direito de falar, e de criticar, porque é um direito que lhes assiste. Mas isso faz parte da democracia e faz parte da posição crítica de uma construção melhor do concelho, sobre tudo quando se fala, construtivamente e quando se fazem críticas consideradas justas. E na política nem sempre são justas. Contudo, o meu desafio aos membros do PSD, foi no sentido de que não via qualquer problema com as suas críticas. Por isso, sobre isto não tenho que responder, mas gostaria de o relembrar de uma situação que terá ficado registada em acta, e o Presidente da Câmara, na altura, não teve esta postura. E vou dizer-lhe quando é que foi, é que eu nomeei aqui uma vez uma freguesia, citando algumas coisas que no meu entender estavam mal, e o Presidente dessa Junta de Freguesia, que na altura era do seu partido, veio ali e disse-me que não tinha passado procuração a nenhum deputado para falar na sua freguesia. E eu vim cá e disse-lhe que a mim ninguém me passava procurações para eu falar sobre o quer que fosse, porque eu fui eleito como Deputado Municipal. E por isso, estou de acordo consigo quando refere que um Deputado Municipal tem toda a legitimidade para apresentar aquilo que bem entender, porque já tive esta postura no passado e não mudei de opinião. Mas isto passou-se, e nessa altura, o Vereador Mário Alves, era o Presidente da Câmara, e não lhe ouvi falar nada sobre isto. E quem não mudou de opinião, nem vai mudar, sou eu. O Prof. Morgado tinha toda a legitimidade para falar assim, foi eleito pelo concelho e não são os Presidentes de Junta que dão procurações, como disse. Não sei se se recorda desta situação, mas foi uma “cena” que se passou precisamente nesta sala quando o senhor era Presidente da Câmara”. -----

-----Relativamente aos sonhos do Prof. César de Oliveira e aos sonhos do actual Presidente da Câmara, salientou que “é mau quando uma pessoa deixa de sonhar, é porque uma pessoa deixa de acreditar que é capaz de fazer. Há pessoas que tentam fazer, e há outras que acham que não o devem fazer. E por isso, sobre isto não tenho a dizer mais nada. O Dr. César de Oliveira é reconhecido por todo o concelho, que pode não ter concretizado todas as obras, como eu também não poderei concretizá-las todas, mas foi um homem que o concelho reconhece de que foi um grande Presidente da Câmara. E tomara eu, senhor vereador, que seja capaz de fazer um mandato ao nível do Dr. César de Oliveira, que teria muito orgulho nisso. -----

-----Sobre o assunto o Vereador Mário Alves referiu que “eu fiz uma intervenção política, eu estou num órgão político, fiquei hoje a saber, que também o Senhor Presidente da Câmara partilha a ideia de que os IC’s 6, 7 e 37, a não serem viabilizados, são por culpa dos partidos da direita, e não por culpa do Governo, que tem o dever de governar, de tomar opções, e de definir prioridades. Ora, sendo o senhor um homem que está no poder executivo para poder realizar obras, a mesma questão se poderia pôr aqui. Ou seja, não venha o senhor dizer amanhã que não faz uma obra aqui ou acolá, porque os indivíduos do PSD e os Independentes não permitem que faça. Porque isso não corresponde à realidade, e o senhor sabe disso. E portanto, estar aqui a querer pegar nesta questão e a querer lançar poeira para os olhos dos oliveirenses é muito mau”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu ainda que “o senhor é testemunha de que eu tenho sido a pessoa da frente que tem criticado o Governo e que se tem exposto. Isso, o senhor tem que o reconhecer. Mas não sou parvo ao ponto de pensar que essa decisão não cabe à responsabilidade do PSD ou do CDS. E o senhor sabe disso muito bem, porque o senhor sabe ler e tem lido as minhas declarações. E como tem lido as minhas declarações sabe qual é que é o meu posicionamento em relação a isto. E sobre isto, se há outras pessoas, que do tempo do passado deixaram dúvidas do que é que queriam em relação ao seu concelho, eu nesse aspecto não tenho deixado dúvidas a ninguém. -----

-----Sobre a intervenção do Vereador Paulo Rocha, referiu que “apreciei a sua intervenção porque acho que se trata de aspectos importantes e de interesse para o concelho. Eu penso que não poderei levar a questão relacionada com a EN 17 à reunião do Sr. Ministro das Obras Públicas,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

porque é uma reunião em que estarão outros Presidentes de Câmara e onde terão que estar concentrados naquilo que é essencial. Em relação a isto o senhor trouxe e bem, e congratulo-me, porque demonstra claramente que temos formas de ver, algumas coisas, muito parecidas. Mas, neste momento, já tenho agendado duas reuniões, sendo que uma é com o Director Regional da Estradas de Coimbra, e outra com o Presidente do Instituto de Estradas, em Lisboa, por reconhecer que basta passarmos naquela via para percebermos que é uma vergonha o estado da mesma. Reconheço que é uma obra tão precisa “como o pão que se come”, mas quero estar concentrado naquilo que neste momento é essencial”.-----

-----Sobre o Agrupamento de Escuteiros de São Paio de Gramaços, deu conta que já reuniu com a Direcção do mesmo para se analisar esta questão. Mais referiu que, atendendo ao trabalho desenvolvido pelos escuteiros, quer ao nível local, quer ao nível Nacional, e os princípios que os norteiam, a Câmara Municipal tem a obrigação de tentar arranjar uma solução para resolver esta situação. Sublinhou ainda que “este é o meu compromisso”.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo disse subscrever a posição do Vereador Paulo Rocha, salientando que “pelo que me foi dado saber através dos dirigentes dos Escuteiros, é efectivamente uma solução para resolver o problema da sede do Agrupamento dos Escuteiros, ou então dinamizar a Casa dos Escuteiros, uma vez que foi criada com essa vocação no Parque do Mandanelho”. Disse igualmente que “é uma solução que tem que ser devidamente estudada”.-----

-----A Vereadora Graça Silva acrescentou “que esta situação já foi também discutida aquando do levantamento das necessidades de obras no Parque do Mandanelho, devido à deterioração do Palco”. Salientou ainda que também já nessa altura se colocaram todas estas hipóteses, mas após visita efectuada à Casa dos Escuteiros verificou que a mesma não tinha condições ao nível de espaço para o efeito. Mais referiu que “estamos à espera de fazer algumas obras de intervenção no Parque do Mandanelho uma vez que o armazém referido pelo Vereador Paulo Rocha não tem condições para acolher de imediato este grupo”. Disse ainda existir ali um conjunto de condicionalismos que não permitem avançar para já com essa proposta.-----

### **3 - ORDEM DO DIA**-----

#### **3.1 - REVISÃO DO REGULAMENTO E TABELA DAS TAXAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

##### **D.A.G.F./DOC.2 a 4**

-----Na sequência da deliberação camarária de 22 de Fevereiro de 2010, foi presente à Câmara a proposta de Revisão ao Regulamento Geral das Taxas Municipais e bem assim ao Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, e respectiva Tabela de Taxas da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, tendo sido distribuída uma nova versão dos documentos em apreço aos membros do Executivo.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu reconhecer que o processo de revisão dos referidos regulamentos e respectiva tabela de taxas não tem decorrido tão bem como desejaria, sublinhando que a falta de articulação entre a Câmara Municipal e o Gabinete da Sociedade de Advogados dificultou um pouco o trabalho que estava a ser desenvolvido. Referiu ainda que a nova versão dos documentos em análise será uma proposta definitiva para ser submetida a discussão pública, mas que posteriormente regressará a reunião de Executivo com vista à sua aprovação. Disse igualmente que a proposta ora apresentada assenta nos seguintes pressupostos:-----

-----“1º - Reconhecer que o aumento das taxas não pode ser mais um factor de agravamento, das condições económicas da população do nosso concelho;-----

-----2º Reorganizar a estrutura da tabela, de acordo com a nova Lei das Taxas;-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----3º Apesar da mudança da estrutura, os valores relativos a cada acto, não podem ser substancialmente diferentes, daqueles que actualmente estão em vigor;-----

-----4º Depois de esta tabela ser aprovada, vai ser submetida a discussão pública de trinta dias, de modo que possa ser Aprovada na Assembleia Municipal do mês de Abril;-----

-----5º Durante a fase da discussão pública, é sempre possível fazer quaisquer correcções, por iniciativa da própria Câmara ou por iniciativa dos munícipes;-----

-----6º Considerando que esta proposta não é, nem nunca será uma proposta perfeita, poderá ser uma proposta melhorada por todos nós;-----

-----7º Paralelamente a Câmara está a elaborar uma tabela de preços de todos os actos que não são consideradas como taxas em termos legais, será depois aprovada em reunião do Executivo. Estes preços não precisam de fundamentação financeira.”-----

-----Esclareceu ainda que a razão desta proposta se deve à necessidade de aprovar um documento que sirva para discussão pública, tendo em conta os prazos fixados para o efeito, nomeadamente a realização da sessão da Assembleia Municipal do mês de Abril, solicitando aos Senhores Vereadores, que se pronunciassem sobre o assunto em análise.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que “os princípios anunciados pela proposta apresentada são aqueles sobre os quais já tínhamos chegado a algum consenso nas reuniões anteriores em que discutimos este assunto.” Disse ainda entender que “a metodologia é a adequada e com certeza de que quando for aprovado este regulamento de taxas e licenças será um documento que no fundo verterá aquilo que é correcto, neste momento, para os munícipes de forma a que as taxas que vão pagar não sejam superiores àquelas que pagam actualmente, tendo em conta o momento económico em que vivemos.”-----

-----Sobre o assunto, os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata – PPD/PSD, declaram que não se iriam pronunciar sobre o documento que só hoje lhes foi entregue, tendo o Vereador Mário Alves considerado a situação “algo de aberrante em democracia”, salientando que “fizeram-se duas reuniões de Câmara em que nos foi posta à discussão e análise documentos específicos em que o Executivo se pronunciou, em que disse o que é que pensava sobre aquilo, em que foram definidos quais eram os princípios que entendíamos que deviam ser aplicados ao nível destes documentos, e somos hoje aqui surpreendidos com um documento totalmente novo e que nada tem a ver com aqueles dois que foram discutidos anteriormente. Parece-me que isto é andar a brincar à democracia”.-----

-----O Presidente da Câmara contrapôs a apreciação efectuada pelo Vereador Mário Alves, salientando que “isso não corresponde à verdade até porque as propostas que apresentou nessas reuniões estão contempladas no documento que agora foi entregue”. Deu ainda conta de que o documento em causa tem efectivamente uma diferença em relação ao documento anterior, mas que é significativa, sublinhando que “na proposta anterior o que aparecia em termos de decisão final para discussão pública eram valores irreais de aplicação, ou seja, valores absolutamente insuportáveis que iriam criar uma especulação tremenda nas pessoas porque se deparavam com aumentos de 500 a 1000 por cento. Era isto que não queríamos que acontecesse, porque o que ia para discussão eram diferenças abismais entre os valores actualmente fixados e os valores que nós queremos fixar de futuro”, citando a título de exemplo alguns dos valores constantes na respectiva tabela de taxas. Referiu igualmente que “eu não acredito que o PSD, neste tempo de crise, ache que nós devemos aumentar isto substancialmente para que as pessoas não possam pagar”. Acrescentou ainda que “partiu-se da base dos valores actuais, dos índices apresentados pela Sociedade de Advogados, e chegou-se a um determinado valor que neste momento não altere muito e que não gere essa especulação exterior que este documento iria lançar”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vice-Presidente lembrou ainda que os novos valores resultaram da aplicação do “princípio do custo social que foi assumido para evitar que os custos disparassem”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que “não há aqui uma tabela nova”.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “sem ler e sem fazer a leitura comparativa não me vou pronunciar sobre este documento que vocês me acabaram de entregar. É a minha posição sobre isso, entendo que deve ser assim. Ouvi tanta coisa no passado sobre coisas insignificantes e agora em documentos fundamentais querem chegar aqui, alterar e não sei o quê...” -----

-----Ao que o Presidente da Câmara lembrou o Vereador Mário Alves de que tinha mais 30 dias para se pronunciar sobre o assunto.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “não tenho nada. Este documento é o documento que vai sair daqui para a discussão pública, em que, o Município deve estar consciente daquilo que está a pôr a discussão pública. Portanto, aquilo que se depreende é, naturalmente, que da discussão pública, podem surgir, eventualmente, propostas de alteração”. -----

-----O Presidente da Câmara lembrou ainda que, face aos prazos estipulados para o efeito, há necessidade de aprovar um documento que seja colocado a discussão pública, sublinhando que “a responsabilidade também não nos pode ser só assacada nós. Porque outros municípios em Novembro já tinham todo este trabalho feito. E por isso eu acho que é uma questão de bom senso, criarmos aqui uma estratégia, entre nós.” Lembrou igualmente que só na passada sexta-feira, pelas 18:00 horas, é que o Gabinete de Advogados entrou em contacto com a Câmara Municipal no sentido de questionar se as propostas de alteração ao documento apresentadas pelo Vereador Mário Alves, eram ou não para introduzir no documento, quando havia sido uma questão decidida de comum acordo na anterior reunião da Câmara Municipal. Mais referiu que na sua opinião “independentemente do que pensarmos, se quisermos ter regulamento a partir de 1 de Maio, cumprindo todos os prazos legais, este documento deve ser submetido a apreciação pública”, reconhecendo no entanto que “esta proposta não é, nem nunca será perfeita, mas pode sempre ser melhorada. E eu acho que é a nossa obrigação, tendo a visão da maioria da Câmara, porque é um documento que mesmo tendo pequenas visões diferentes, contém coisas que vêm do passado, e não fui eu que fiz as coisas no passado, foram outros.” -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “o senhor pode ter a visão da maioria, mas a minha não tem”, sublinhando que “nestas situações, à semelhança do que era feito no passado, o documento deveria conter “a cor diferente” aquilo que são as alterações relativamente ao documento inicial, e aqui não tem nada, pelo que não me vou pronunciar sobre documentos que me são entregues na hora da reunião, sem fazer uma análise comparativa com aquilo que analisei anteriormente. Isso é um direito que me assiste e do qual eu não vou abdicar. E portanto eu não me vou pronunciar sobre este documento.-----

-----O Vereador Paulo Rocha interveio referindo que “os princípios que foram discutidos em reuniões anteriores, permitiram, algum consenso. Agora somos confrontados com um novo documento, e se isso tivesse sido feito como disse o senhor Vereador Mário Alves, essa “anotação a cor diferente” do que foi introduzido, porventura, permitiria, que num quarto de hora, vinte minutos, pudéssemos discutir isto. Agora, documento entregues “em cima do acontecimento”, para aprovação, não é razoável”. Eu também não me sinto habilitado a pronunciar-me sobre eles, até porque nós trabalhámos sobre um documento, e depois foi entregue outra versão, ou seja a versão inicial já sofreu várias alterações”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo esclareceu que apenas foi introduzido o artigo 36º, que por lapso do Gabinete de Advogados não havia sido introduzido aquando da primeira versão, e que quando o documento foi analisado em reunião da Câmara Municipal ninguém verificou que o mesmo estava em falta.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Presidente da Câmara deu conta de que irá providenciar a elaboração de um documento cujas alterações a que foi submetido estejam sinalizadas a cor diferente para distribuir pelos senhores vereadores com vista à sua análise em reunião da Câmara Municipal depois da sua submissão a inquérito público. -----

-----Após análise e ponderação do assunto, a proposta foi pelo Presidente da Câmara submetida à votação, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho e as abstenções dos vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata - PPD/PSD, que a justificaram pelas razões acima aduzidas, submeter a apreciação pública o projecto de Regulamento Geral das Taxas Municipais, o projecto de Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, a Tabela de Taxas do Município de Oliveira do Hospital e respectiva fundamentação económico-financeira, nos termos do artigo 118º do C.P.A.. -----

**3.2 - PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CEB - PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONTRATAÇÃO A TERMO RESOLUTIVO DE PESSOAL DOCENTE**-----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento concursal para contratação, a termo resolutivo certo, de pessoal docente (m/f), no âmbito do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, na área de expressões artísticas (1 horário de 11 horas) para exercício de funções no Agrupamento de Escolas da Cordinha, procedimento que deverá decorrer na plataforma electrónica do Ministério da Educação, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº. 212/2009, de 3 de Setembro. -----

**3.3 - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - ENCARGOS COM O PESSOAL DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE**-----

D.A.G.F./Procº53/4

-----No âmbito dos protocolos para o Enquadramento de Pessoal Destinado a Integrar as Equipas de Intervenção Permanente, celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e as Associações dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício com a referência 020/2010-D, datado de 25 de Fevereiro de 2010, enviado pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, a dar conta da relação dos encargos com o pessoal da EIP – Equipa de Intervenção Permanente, no ano de 2010, para efeitos de processamento por parte da Câmara Municipal. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do Protocolo celebrado para o efeito, autorizar o processamento no montante de 25.507,33 € (Vinte e cinco mil, quinhentos e sete euros e trinta e três cêntimos), valor correspondente à quota-parte da autarquia no funcionamento, no corrente ano, da EIP - Equipa de Intervenção Permanente, tendo sido tomada igual decisão no que se refere aos encargos do corrente ano com a EIP da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, após recepção dos respectivos valores. -----

**3.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**-----

**A) INSTITUIÇÕES:**-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----A -1) AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS -----**

**D.A.G.F./Procº53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)** a título de comparticipação nos custos com a realização do desfile de Carnaval Escolar/2010, que teve lugar no passado dia 11 de Fevereiro, sob o tema Biodiversidade. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**-----A -2) MOVIMENTO PROGRESSIVO DE RIBA D'ALVA -----**

**D.A.G.F./Procº53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Movimento Progressivo de Riba D'Alva, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)**, para fazer face a despesas de funcionamento. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo e Graça Silva e as abstenções dos Vereadores Mário Alves, Paulo Rocha, José Carlos Mendes e Telma Martinho, que a justificaram pelo facto de desconhcerem a entidade em causa, os seus Estatutos e respectivo Plano de Actividades, e bem assim atendendo ao facto de já existir uma instituição com os mesmos fins na freguesia de São Sebastião da Feira, aprovar a presente proposta, nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção. -----

**3.5 - OBRAS PARTICULARES:-----**

**-----3.5.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----**

**D.A.G.F./DOC.5**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 15 de Fevereiro e 1 de Março de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

----- Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves referiu-se às declarações proferidas pelo Presidente da Câmara à comunicação social, salientando que “depreendi dessas declarações, que o Senhor Presidente da Câmara terá deixado no ar a ideia de que “alguns projectos terão sido aprovados de forma irregular, pela minha pessoa, em final de mandato”. E portanto, gostaria de dizer, claramente, que todos os projectos que eu deferi, estão dentro daquilo que é exigido, em termos da lei. E se alguma irregularidade existe na aprovação de algum projecto, decorre do Código de Procedimento Administrativo, e decorre da própria Lei, de que, essa irregularidade, deve ser sanada pelo poder executivo. Portanto, se Vossa Excelência tem elementos que dizem que foram aprovados irregularmente projectos, a única coisa que tem, e deve fazer, é revogar esse despacho e repor a legalidade. É isso que é exigido em termos de democracia, é isso que é exigido em termos de cumprimento da legalidade, é isso que é exigido em termos de transparência democrática.”-----

----- O Presidente da Câmara referiu que aquilo que o Vereador Mário Alves acabou de dizer não corresponde à verdade, salientando que “eu não conheço nenhum projecto que fosse irregular e que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

fosse aprovado pelo senhor. Por isso, estou absolutamente à vontade. O que eu estranho, senhor vereador, é que na fase de transição, ou nesta fase, fosse construído um pavilhão no concelho de Oliveira do Hospital, com uma área brutal, irregularmente, e que a obra não tivesse sido embargada. Era disso que eu estava a falar. Era a esta situação que eu me referia, porque o auto da obra foi elaborado em 30 de Outubro de 2009, e a obra não foi embargada. Em contra partida, a obra de uma casa, em Fiais da Beira, foi embargada.” -----

----- O Vereador Mário Alves referiu que “sobre isso, o senhor ficou tão surpreendido quanto eu, quando recebi o auto de notícia. Situação que poderá ser confirmada pelo Director de Departamento, que julgo estava comigo à data do despacho sobre essa matéria. E dizer-lhe e recomendar-lhe, que o senhor deve estar tão atento, quanto eu estive ao longo destes anos todos com os serviços de fiscalização desta casa. O senhor, quando olha para uma construção, não sabe se a mesma está licenciada ou não, nem tem que saber. O que acontece é que o serviço de fiscalização desta casa, e isso, o Senhor Director de Departamento, também sabe que foram feitos depois processos de averiguação à actuação da fiscalização. E portanto, eu estou à vontade. Se o Senhor ficou surpreendido, eu fiquei ainda mais surpreendido”. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que “mas eu fiquei surpreendido por uma coisa, como é que o senhor por exemplo nos Fiais da Beira, um caso que eu conheci muito particularmente, e que acompanhei. E que é o caso de um rapaz chamado Leandro Garcia, que construía uma casa ilegal, e sobre isso estou perfeitamente de acordo, mas o senhor embargou-lhe a obra, e aquela obra não foi embargada e tinha uma área de 545 m<sup>2</sup>. Esta é que é diferença. Porque quando eu cheguei a pegar no processo, a obra já estava completa”. Questionou ainda o Vereador Mário Alves sobre se “a obra não poderia ter sido embargada na fase em que é elaborado o auto de notícia, e que é o senhor quem ainda faz o despacho?” -----

----- O Vereador Mário Alves esclareceu que “em qualquer altura, o Senhor Presidente pode mandar embargar a obra”. -----

----- Ao que o Presidente da Câmara explicou que não o pôde fazer no dia em que tomou posse, porque o processo chegou mais tarde ao seu conhecimento e quando iniciou as diligências já não podia fazer nada, porque a obra estava pronta. Disse ainda não compreender porque razão é que o Vereador Mário Alves, na altura Presidente da Câmara, não embargou no dia 30 uma obra daquela dimensão, tal como fez com a obra de uma família humilde e carenciada em Fiais da Beira. -----

----- O Vereador Mário Alves disse que “eu se fosse hoje não teria despachado tal processo, e tê-lo-ia deixado para o senhor despachar. O processo tem data de 30 de Outubro e o senhor tomou posse a 2 de Novembro”. -----

----- O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu o seguinte “mas foi o auto...Então... mas uma obra de 545 m<sup>2</sup>, um monstro..., então o senhor vereador está a dizer que os nossos fiscais são incompetentes? Que não vêem as coisas, e que as deixam passar? É isso que o senhor vereador está a dizer?” -----

----- Ao que o Vereador Mário Alves referiu que “desculpe, mas o senhor tem dúvidas que isso aconteceu em “n” situações.” -----

----- O Presidente da Câmara afirmou que “eu não quero fazer juízos de valor sobre isso”. -----

----- O Vereador Mário Alves afirmou igualmente que “mas o senhor está a fazer...”. -----

----- O Presidente da Câmara esclareceu ainda que “se o senhor vereador não falasse aqui nisto... eu nunca explorei este caso politicamente, por uma questão de princípio e de falarmos uns com os outros. Eu referia-me a um caso ou outro, embora me estivesse a referir a este caso particularmente, mas não o mencionei.” -----

----- O Vereador Mário Alves disse ainda que “o que o senhor está aqui a dizer, e que eu não lhe posso admitir, é que eu tinha conhecimento que a obra estava a ser feita. Se o senhor for consultar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

alguns processos, e por isso é que eu lhe digo, e o Senhor Director de Departamento sabe muito bem, é que foram abertos processos de averiguações. Mais do que uma vez, aos serviços de fiscalização, por causa de situações desta natureza.” Prosseguiu fazendo referência à construção de uma habitação na freguesia de Avô, sublinhando que, só na sequência de uma explosão que ocorreu na mesma, provocando um ferido grave, é que se verificou, ao longo do decurso judicial, que a obra tinha sido reconstruída e ampliada sem licença.”-----

----- O Presidente da Câmara concluiu frisando que “eu não abordei este assunto à comunicação social, nem deixei insinuações. Agora admiro-me, porque é que numa obra daquela dimensão, o senhor não faz um embargo, como fez no exemplo concreto que referi de Fiais da Beira, e que é uma família carenciada.”-----

----- O Vereador Mário Alves lembrou que o Presidente da Câmara, tomando posse no dia 2 de Novembro de 2009, também o poderia ter feito. -----

----- O Presidente da Câmara esclareceu ainda que quando teve conhecimento do processo, e percebendo que a obra não estava embargada, mandou a fiscalização ao local a fim de averiguar o ponto de situação da mesma, tendo sido informado de que a obra estava concluída. Disse ainda que por esta razão já não pôde mandar embargar a obra, pelo que, neste momento, o processo decorre os seus trâmites normais em termos administrativos. Referiu igualmente que “o senhor diz que não, mas se o senhor tem embargado esta obra, ela não tinha avançado e nós tínhamos resolvido o problema. Portanto, isto é para lhe dizer que quando eu falei estava a pensar neste processo e não era em relação a mais nenhum”. -----

----- O Vereador Mário Alves disse que “aquilo que o senhor estava a tentar dizer é que “eu, enquanto exerci as funções de Presidente da Câmara, tinha cometido irregularidades. Não cometi nenhuma, nem neste processo”. -----

----- Ao que o Presidente da Câmara esclareceu que não foi isso que tinha dito, salientando que “se o senhor acha que eu disse isso deve levar-me a tribunal para eu ser responsabilizado, mas não foi isso que eu disse. E o senhor sabe que não foi isso.” -----

----- O Vereador Mário Alves dirigindo-se ao Presidente da Câmara referiu que “o senhor deixa sempre muita coisa no ar, muita coisa...” -----

----- O Presidente da Câmara sublinhou que “quem costuma deixar muita coisa no ar é o senhor vereador, e nós assistimos a isso...”-----

----- O Vereador Mário Alves referiu ainda que “o senhor vem falar aqui da história do passado e de não sei o quê...O senhor não fale do passado, o senhor faça a sua gestão.”-----

----- O Presidente da Câmara referiu igualmente que “quem falou do passado foi o senhor quando falou do Dr. César. Agora, o senhor não conseguiu foi ainda explicar porque razão não mandou embargar isto e embargou a pessoas coisas de 80 m<sup>2</sup>. Isso é que o senhor não consegue explicar.” ---

----- O Vereador Mário Alves referiu que “o senhor comigo não faz demagogia, porque o senhor há-de morrer pela boca...”-----

----- O Vereador José Francisco Rolo referiu que “isso é que é uma insinuação...”. -----

----- Ao que o Presidente da Câmara referiu que “só morro pela boca se os meus serviços técnicos me fizerem assinar alguma coisa inconscientemente”. -----

----- O Vereador Mário Alves referiu o seguinte “senhor vereador, é uma insinuação política, porque nós estamos a falar de política”. -----

----- Ao que o Presidente da Câmara retorquiu que “e isto também foi política. Na próxima reunião eu vou trazer e ler-lhe as minhas declarações e vai perceber que apenas se identificavam com este caso e com mais nada”. -----

**3.6 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**3.6.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 16 de Fevereiro e 1 de Março de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.7 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES**-----

**3.7.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----**3.7.1.1 – ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL**-----

D.A.G.F.

-----Sob proposta do Vereador José Francisco Rolo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação social, datada de 1 de Março de 2010, integrar o agregado familiar de José da Costa Pereira e Dulce Helena Mendes Lopes, residentes em Andorinha, freguesia de Travanca de Lagos, na casa n.º 6 (de tipologia T2) do Bairro João Rodrigues Lagos, em Oliveira do Hospital, mediante o pagamento de uma renda de 25,00 € (Vinte e cinco euros) mensais.-----

-----**3.7.1.2 – SERVIÇO LOCAL DA SEGURANÇA SOCIAL**-----

----- O Vereador José Francisco Rolo referiu que, na sequência da questão levantada em anterior reunião da Câmara Municipal pelo Vereador Paulo Rocha, relativamente ao assunto em epígrafe, e depois de ter sido incumbido pelo Presidente da Câmara de consultar o senhor Director do Centro Distrital de Segurança Social sobre o funcionamento do serviço, foi informado de que, o quadro do Serviço Local da Segurança Social tem três administrativos e um auxiliar, ou seja, quatro funcionários. Disse ainda que, neste momento, há funcionários com vários problemas de saúde, que se têm alternado em situações de baixa médica, razão pela qual o número de funcionários a prestar serviço aos contribuintes tem vindo a diminuir. Referiu igualmente que “considerando o facto do concelho de Oliveira do Hospital ser um concelho do interior do Distrito de Coimbra, ser um concelho populoso e um serviço local com muito movimento, fui informado pelo Director da Segurança Social, que já desencadeou o procedimento para abertura de concurso interno no quadro de pessoal da Função Pública para ocupar esse lugar, havendo portanto o reforço de uma pessoa no Serviço Local de Segurança Social. Mais foi referido que nunca a Segurança Social retirou pessoas para qualquer outro Serviço Local, e que houve apenas pessoas que saíram por aposentação. E que, pelo contrário, chegou inclusivamente a deslocar funcionários do serviço Local de Segurança Social da Figueira da Foz para Oliveira do Hospital, para reforço dos serviços”. Informou igualmente que “relativamente aos tempos médios de atendimento foi-me referido que por informação que consta dos serviços, que eles têm sido na ordem média dos cinquenta minutos, o que é um tempo exagerado, mas não são as duas horas de tempo de espera invocadas na intervenção do Vereador Paulo Rocha”.-----

----- Aquele responsável deu conta de que tirou a senha da máquina às 15:00 horas e que apenas foi atendido naqueles serviços às 17:15 horas, ou seja, depois do horário normal de funcionamento dos serviços, sublinhando que “o que quer dizer que a funcionária até me atendeu por boa vontade”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Disse ainda que “o tempo médio que as máquinas relatam, por vezes não corresponde à realidade. Fico no entanto satisfeito por o Senhor Director Regional da Segurança Social perceber o problema, e ter desencadeado o procedimento com vista à sua resolução. Quanto aos tempos médios quero dizer que há pessoas que já esperaram muito mais tempo do que eu. Em relação à questão das transferências, o que disse foi aquilo que me tinha sido relatado, ou seja, que tinha havido aposentações e transferências.” -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

----- **3.7.1.3 – CONSELHO LOCAL DE ACCÃO SOCIAL** -----

----- O Vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal de que o Conselho Local de Acção Social reuniu no passado dia 18 de Fevereiro, tendo sido aprovada a Plataforma de Atendimento Social. Disse ainda que, no passado dia 24 de Fevereiro, se realizou a reunião da Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, tendo sido eleita como Presidente da Comissão a Dra. Luísa Vales, e como Secretária a Dra. Carla Camacho, funcionária da Câmara Municipal.-----

----- Sobre o assunto o Vereador Mário Alves referiu que não era habitual haver eleição, mas sim “uma rotação entre as instituições, mediante entendimento ao nível Comissão da CPCJ, relativamente a quem deveria exercer a presidência”.-----

----- O Vereador José Francisco Rolo informou que “por indicação dos serviços, fomos informados de que teria que haver eleição do novo Presidente da Comissão da CPCJ” Referiu igualmente que “foi posto o nome da Dra. Luísa Vales à consideração, e foi votado por unanimidade”. Esclareceu ainda que “foi uma situação pacífica, foi por eleição e portanto mais claro não podia ser. Não sei como era o procedimento anterior, mas este foi por eleição, mediante a apresentação de candidatura, é um facto.”-----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

----- **3.7.1.4 – GABINETE DE INSERÇÃO LOCAL**-----

----- O Vereador José Francisco Rolo referiu-se ao funcionamento do Gabinete de Inserção Local, coordenado pela Dra. Olga Nunes, Técnica Superior de Sociologia no Município de Oliveira do Hospital, dando conta dos seguintes indicadores em termos de estatística: -----

----- “85 pessoas obtiveram formação profissional para jovens e adultos desempregados, apoio na procura activa de emprego; houve 45 encaminhamentos para ofertas de emprego; acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional - 5 pessoas empregadas através do gabinete; divulgação de ofertas de emprego e actividades de colocação - 58 ofertas; ofertas de emprego captadas junto de entidades empregadoras - 11 postos de trabalho; divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ou emprego de qualificação e empreendedorismo - 15 pessoas, encaminhamento para ofertas de qualificação - 28 pessoas”. Disse ainda que “destas 28 pessoas, estão 5 pessoas inscritas no Curso de Aprendizagem de Técnico de Topografia e 17 pessoas inscritas nos Cursos EFA, sendo que, 5 pessoas em Geriatria, 11 pessoas em Cuidados de Estética de Rosto e Corpo, 3 pessoas inscritas nas Formações Modelares Certificadas e 3 pessoas inscritas em RVCC”. Mais referiu que “dentro dos objectivos estabelecidos temos ainda o controle de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego que não se encontram a funcionar devido à falta de espaço”. Deu ainda conta que esta informação reporta a 26 de Fevereiro de 2010.” -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata – PPD/PSD solicitaram ao Vereador José Francisco Rolo uma cópia da informação onde constam os indicadores acima transcritos. -----

----- O Vereador Mário Alves deu conta que o Gabinete de Inserção Local existe porque foi dada essa possibilidade ao Município de Oliveira do Hospital, através da celebração de um protocolo com o Centro Regional de Segurança Social, salientando que “teria sido bom que o Presidente da Câmara tivesse referido que tem um GIP a funcionar porque efectivamente tinha sido assinado um protocolo com o Centro Regional de Segurança Social pelo anterior executivo, e portanto, agora, tinha a possibilidade de o ter a funcionar. Portanto, isso não é dito, e depois a comunicação social pensa que as coisas caem todas do céu e escrevem as coisas que apenas lhes interessa.” -----

----- O Vereador José Francisco Rolo referiu que “também é verdade que o reivindiquei atempadamente. Tive conhecimento, de acordo com a minha actividade profissional, da existência das candidaturas para a constituição destes gabinetes, não o tomo como meu mérito, o que interessa é que o Município tem o gabinete em funcionamento. E agora também o recorde que, quando aqui foi apresentado o protocolo a celebrar com o IEF, foi referido que o GIP vinha do anterior executivo. Portanto, não tendo sido feita essa menção, já tinha sido feita quando aqui foi assinado o protocolo com aquela entidade.” -----

----- Sobre o assunto, o Presidente referiu reconhecer de que efectivamente o poderia ter dito na Assembleia Municipal, uma vez que não tem qualquer problema em reconhecer publicamente de que foi o executivo anterior que apresentou a referida candidatura, e que o actual executivo apenas lhe deu uma determinada dinâmica, melhorando para o efeito as instalações onde as pessoas em situação de desemprego são atendidas. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **3.7.1.5 – COMEMORAÇÕES DO DIA DA FLORESTA** -----

----- O Vereador José Francisco Rolo convidou os senhores vereadores a assistirem às actividades desenvolvidos no âmbito das comemorações do “Dia Mundial da Floresta”, que decorrerão de 22 a 26 de Março do corrente ano. Disse ainda que no âmbito destas comemorações irá decorrer também uma iniciativa denominada “Plantar para Melhor Respirar”, uma actividade realizada pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a pedido de um grupo de alunos do 12º ano da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, da disciplina Área de Projecto, que pretende efectuar a “Pegada Ecológica e Reflorestação de uma área florestal ardida no Concelho de Oliveira do Hospital”, a qual terá lugar no dia 22 de Março, pelas 10:00 horas. -----

----- A Vereadora Graça Silva informou ainda que a actividade referida surge no âmbito da Semana da Floresta, a qual terá início com o Concurso “Os Amigos da Floresta”. Informou igualmente que o título “Plantar para Melhor Respirar” foi proposto pela Coordenadora do 1º CEB. -

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **3.7.1.6 – INFORMAÇÕES DIVERSAS** -----

----- O Vereador José Francisco Rolo informou ainda a Câmara Municipal de que, no passado dia 29 de Fevereiro de 2010, esteve reunido com o Prof. Luciano Lourenço, conjuntamente com uma Comissão Conjunta do Goulinho. Deu ainda conta que o Prof. Luciano Lourenço entregou à Câmara Municipal uma publicação de sua autoria, relativamente a um trabalho desenvolvido ao longo de cinco anos na região de Oliveira do Hospital, no âmbito do Projecto TERRISC, tendo solicitado que a mesma fosse distribuída por todos os membros do executivo. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Vereador Mário Alves lembrou ainda que foi a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital quem suportou as despesas da publicação em causa. -----

----- O Vereador José Francisco Rolo deu ainda conhecimento à Câmara Municipal que, no âmbito da auditoria interna ao Sistema de Qualidade dos Serviços do Município, designadamente Obras Particulares e Metrologia, que decorreu nos dias 1 e 2 de Fevereiro, foram detectadas oito não conformidades e quatro observações, que foram objecto de correcção. Deu igualmente conhecimento de que ainda hoje seguirá o relatório de análise crítica com fichas de resolução dos problemas nos serviços e bem assim de todas as medidas a adoptar, incluindo um Plano de Formação e respectivo cronograma de execução para os vários serviços. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

**4 – OUTROS ASSUNTOS**-----

-----**Sob proposta do Presidente a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:**-----

-----**4.1 - FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

**D.A.G.F./Procº53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, para aquisição de uma viatura destinada aos serviços de manutenção e conservação das ruas e caminhos da cidade e das localidades anexas à sede da freguesia, mediante apresentação de factura. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

----- Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves referiu entender que, por uma questão de maior coordenação e rentabilização em termos de serviço, e atendendo a que, quer a Junta de Freguesia, quer a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, se encontram no mesmo território, a Câmara Municipal, através do seu Coordenador de Pessoal Externo, deveria continuar a orientar e a fiscalizar as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores da Junta de Freguesia, à semelhança do que foi feito no anterior mandato.-----

----- O Presidente da Câmara lembrou que “a Junta de Freguesia em causa tem uma dinâmica muito própria”, sublinhando que “ apliquei o mesmo princípio que apliquei às Juntas de Freguesia de Penalva de Alva e Santa Ovaia, ou seja, mediante apresentação de factura, nós pagamos-lhe o mesmo subsídio que atribuímos a outras associações.” -----

----- O Vereador Mário Alves referiu que apenas emitiu a sua opinião relativamente a esta matéria, mas considera que, em algumas circunstâncias, há desperdícios de meios e gastos desnecessários.-----

----- O Presidente da Câmara referiu reconhecer que tudo o que o vereador Mário Alves disse é razoável, lembrando no entanto que a Junta de Freguesia em causa tem uma dinâmica muito própria e não se revê na forma de articulação em relação à Câmara Municipal, porque quer ter alguma independência. -----

----- O Vereador José Carlos Mendes disse concordar que as Juntas de Freguesia, uma vez que existem, tenham capacidade para poder realizar o seu trabalho. Disse ainda reconhecer que “a Junta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de Freguesia de Oliveira do Hospital tem tendência a ser absorvida pela Câmara Municipal pelo facto de se encontrarem sediadas no mesmo espaço. Mas reconheço que o Presidente e os elementos que com ele estão a trabalhar, tenham também vontade de executarem um conjunto de actividades que considerem ser essenciais, sem andarem a incomodar a Câmara Municipal.”-----

----- O Vereador Paulo Rocha referiu que “assisti, no passado, a este tipo de diálogo entre o Senhor Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, à data, e o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, à data. E aquilo que o movia a ele, Mário Alves, e que eu entendo e subscrevo, e também entendo a posição do actual Presidente de Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que não era diferente da do anterior Presidente de Junta, é que isto tinha a ver com uma questão de racionalização de recursos, só e apenas, e foi isso que foi dito, mais nada.” -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 2 de Março de 2010**-----

**Presidente** \_\_\_\_\_

**Vereadores** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 2 DE  
MARÇO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 2 DE  
MARÇO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**